

Cuiabá propõe auxílio de R\$ 500 para catadores e carroceiros

O prefeito de Cuiabá em exercício, José Roberto Stopa (PV), encaminhou um projeto de lei à Câmara Municipal para estender o programa de auxílio emergencial da Prefeitura. Chamado "Renda Solidária II", o programa deve pagar três parcelas de R\$ 500 para cerca de 375 trabalhadores que atuam com reciclagem de resíduos sólidos e carroceiros. Conforme o texto, serão beneficiados somente trabalhadores que já estão devidamente qualificados e cadastrados. Ao anunciar o programa, Stopa destacou que está desenvolvendo uma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFEMT) para oferecer cursos profissionalizantes para esses trabalhadores. O programa é a reedição do auxílio criado em 2020, que beneficiou 1.202 trabalhadores autônomos

PÁG. 4



Passe de ônibus terá 'alta salgada' em 2022

Quem depende de ônibus para se deslocar nas cidades tem sentido o peso do custo das passagens no orçamento. Mesmo sem aumento de tarifas, o valor gasto com transporte público coletivo ficou mais caro por influência da inflação, em especial dos combustíveis. A curto prazo, a previsão é que as condições piorem para os usuários, com tarifas mais altas. O alerta foi feito pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU)

PÁG. 7

Não residentes são barrados e não conseguem se vacinar contra covid-19

Gilberto Leite



Aqueles que não tomaram a 1ª dose da vacina contra covid-19 em Cuiabá e precisam completar a imunização no município estão sendo barrados nos pontos de vacinação. O grupo específico é formado por pessoas não residentes, moradores recém-chegados, residentes temporários ou que estão apenas de passagem pela cidade. Com a falta de doses do imunizante, a capital restringiu a aplicação apenas para munícipes. A postura adotada pela Secretaria de Saúde Municipal prevalece enquanto não houver doses extras da vacina disponíveis para contemplar o grupo, que atinge até 25% em alguns municípios

PÁG. 6



Mayke Toscano/Secom-MT

Na COP-26, Mauro cobra mais ação

O governador Mauro Mendes (DEM) se uniu a um grupo de 21 governadores que participam da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP-26) para criar o "Consórcio Brasil Verde", uma tentativa de amenizar a ausência do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no debate da agenda climática e de garantir recursos internacionais para o desenvolvimento sustentável na região da Amazônia. No entanto, para conseguir aporte financeiro internacional ainda precisarão de uma autorização do governo federal, por meio de um acordo de cooperação técnica

PÁG. 5

Crise hídrica impulsiona a energia solar

A geração independente de energia elétrica a partir de painéis solares está mais democrática e tem movimentado o mercado de trabalho em todo país. Só na capital mato-grossense, Cuiabá, quase 3 mil instalações foram realizadas até agosto, com geração de quase 12 mil empregos. Com perspectivas de bater recordes de instalação em 2022, o setor pode enfrentar dificuldades em encontrar mão-de-obra qualificada. "Há necessidade de eletricitistas especializados em instalação; profissionais técnicos e de nível superior, como engenheiro com capacitação em energia renováveis", diz Merivaldo Britto, empresário do setor em Mato Grosso

PÁG. 8



Tony Winston/Agência Brasília

EDITORIAL

Vácuo de poder

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro evita de todas as formas se imbuir do papel de líder nacional, os governadores dos Estados se mobilizam para ocupar o vácuo deixado por sua administração. Volta a acontecer na COP-26, a Cúpula do Clima que reuniu os mais importantes líderes mundiais para debater as ações que serão tomadas em conjunto contra a crise climática que já assola o planeta.

Em uma demonstração de união, os governadores lançaram nesta quinta-feira (4) o 'Consórcio Brasil Verde', um movimento dos Estados para captar recursos internacionais que ajudem na preservação da Amazônia. O ato também passa uma mensagem clara aos demais países: os Estados

querem se descolar da péssima imagem que Bolsonaro pintou sobre a política ambiental brasileira.

Já Bolsonaro se esquivou da Cúpula Mundial e resolveu limitar sua viagem à Itália, onde deveria participar do encontro do G-20, grupo formado pelas 20 maiores economias do planeta. Digo deveria pois, como é fato público e notório, a passagem do brasileiro pelo G-20 se limitou a tentar encontrar alguém com quem conversasse. Isolado, tentou fazer amizade com o presidente russo Vladimir Putin e o turco Recep Erdogan. Nenhum sucesso nessas interações com pessoas que não podem ser consideradas referência de liderança.

Mas enquanto Bolsonaro se esquivava de suas obriga-

ções como líder de uma nação que sempre foi referência no debate ambiental - e que depende disso para manter sua balança comercial no positivo, com as exportações do agro -, houve quem tomasse as rédeas da situação para garantir que o Brasil não saísse prejudicado da COP-26. "A ausência do governo federal gera para nós necessidade de mais mobilização da sociedade civil e dos governos subnacionais", deixou claro Eduardo Leite (PSDB), durante sua passagem na COP-26.

Sem o presidente, os governadores firmaram compromissos de que irão buscar a neutralidade de carbono, na tentativa de limitar o aquecimento do planeta a 1,5°C em comparação com o período pré-industrial. Neste quesito, destaca-se a meta arrojada estabelecida pelo governo de Mato Grosso, que pretende atingir o ponto de neutralidade das emissões de

carbono com 15 anos de antecedência. Enquanto a meta global é de neutralizar as emissões até 2050, Mato Grosso pretende fazê-lo em 2035.

Essas conversas e acordos firmados entre representantes de países são essenciais para garantir um relacionamento entre as nações, sejam elas aliadas ou não. A ausência do presidente em um evento tão importante só agrava o isolamento do Brasil no cenário mundial, o que já está causando prejuízos ao País. Exemplo claro é a continuidade dos embargos chineses à carne brasileira, que não são resolvidos porque Bolsonaro não tem uma linha direta com o presidente chinês, Xi Jinping. Sem moral, o presidente precisa aguardar que seus assessores e alguns representantes do Congresso Nacional resolvam o problema, o que também não conseguiram fazer.

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Há uma regra não escrita na natureza humana, que afirma que o poder não comporta vácuo. Na ausência de quem possa exercer o poder, o vazio será preenchido por outro agente mais capacitado e perspicaz. Já vimos isso acontecer na pandemia, durante o ano de 2020, e estamos a observar um movimento ainda mais forte agora. O problema é que tamanho vácuo só traz prejuízos às famílias brasileiras, já tão acossadas pelas sucessivas crises que nos assolam sem piedade.

Entre o Direito e a Justiça

Victor Maizman (*)

O Direito é aplicação da legislação vigente. Por sua vez, a Justiça é o sentimento de como deve ser resolvida uma determinada questão levando em consideração não apenas a letra fria da lei, mas com o senso de ser justo.

Tanto o Supremo Tribunal Federal, como também os Tribunais Estaduais e Regionais vêm aplicando a legislação processual vigente no sentido de modular os efeitos de uma decisão que declarou inconstitucional, quer dizer, inválida uma determinada exigência tributária.

Pois bem, modular significa projetar os efeitos da decisão do Poder Judiciário para o futuro, relativizando a regra geral de que as decisões que declaram a inconstitucionalidade de uma norma tenham efeitos "para trás", isto é, desde sua edição.

Portanto, no caso do STF, a regra processual permite, por maioria de dois terços de seus membros, que ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo e tendo em

vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, venha a restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

Quer dizer, o Supremo Tribunal Federal, ao mesmo tempo que declara uma norma inconstitucional, decide que tal norma inválida apenas vai deixar de gerar efeitos a partir de um determinado período.

Assim temos a hipótese de uma norma ser inválida, porém podendo gerar efeitos como válida fosse.

No campo tributário temos o exemplo em que um contribuinte paga durante cinco anos um tributo declarado inválido, porém ao modular os efeitos da respectiva decisão, todos os recolhimentos efetuados não poderão ser objeto de restituição.

Chega-se a uma ilógica conclusão de que na prática o STF estará dando com uma mão e tirando com outra!

Conforme alhures mencionado, a lei que trata do critério de modulação possui duas condicionantes para sua aplicação, quais sejam, a segurança jurídica de excepcional interesse social e quórum de oito Ministros para implementá-la.

A grande questão é saber se tais conceitos de segurança jurídica e de excepcional interesse social servem para embasar o pedido do Poder Público no sentido de que seja impedido o direito à devolução por parte do contribuinte que pagou a exigência tributária de forma indevida.

A principal alegação do Poder Público tem respaldo no argumento de que ao devolver o valor indevidamente exigido acarretará um rombo nos cofres, vindo a comprometer as finanças e as respectivas metas orçamentárias.

Contudo, a realidade aponta para o outro lado. Haverá irresponsabilidade fiscal se o STF modular pois, os sucessivos governos contarão com o beneplácito da Supre-

ma Corte na eterna modulação de efeitos, sem a necessidade de devolver os recursos que indevidamente arrecadou para cobrir a irresponsabilidade fiscal governamental.

E ainda, não dá para tratar como segurança jurídica o fato de impedir o contribuinte de postular a devolução do tributo que indevidamente foi compelido a repassar parte de seu patrimônio ao Fisco.

De todo modo, aguarda-se que o STF acolha os argumentos dos contribuintes e ao lançar mão de todos os critérios de interpretação para definir o que venha a ser segurança jurídica no caso concreto, faça prevalecer, antes de tudo, o conceito de Justiça!

VICTOR MAIZMAN é advogado e consultor jurídico tributário e Professor em Direito Tributário



Um lugar especial

Caubi Kuhn (*)

Quando eu era criança, no caminho entre a chácara onde morava e a escola, no mirante, no Parque Nacional e em alguns outros locais do município de Chapada dos Guimarães, eu encontrava fósseis de conchas, que mostravam que essa região já tinha sido mar um dia. Acredito que esses fósseis foram um dos grandes responsáveis pelo meu fascínio pela ciência e pela geologia. Comecei então a descobrir quantos segredos maravilhosos estão guardados nas rochas deste território. E foi na escola Ana Tereza Albernaz, no Bairro São Sebastião, que, graças ao incentivo de professores, comecei a realizar meus primeiros trabalhos científicos.

Durante a graduação em geologia e o mestrado em geociência, ambos na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), me dediquei às pesquisas geológicas e paleontológicas em minha cidade natal. Estudei como se formaram as rochas que ocorrem desde o Distrito da Água Fria até a Comunidade de Jangade Roncador, região que conhecia

desde criança, quando andava com meu pai pelo interior do município. As rochas desta região guardam registros de desertos, vulcões e rios que já existiram em outras Eras do nosso planeta. Em meio a algumas destas rochas também estão os fósseis de dinossauros e outros animais que viveram durante o Período Cretáceo.

A história geológica de Chapada dos Guimarães é algo fantástico. As rochas que existem neste município ajudam a contar como era o ambiente e os seres que viveram em muitos momentos diferentes da história do planeta Terra. Além disso, a evolução geomorfológica da região propiciou a formação de cavernas, cidades de pedras, centenas de cachoeiras e paisagens que encantam a todos.

E por que estou cotando isso para você leitor?

Nos últimos anos muitas pessoas e entidades estão trabalhando de forma conjunta para conseguir transformar Chapada dos Guimarães em um Geoparque UNESCO. Este título é concedido para locais que

possuam uma geologia excepcional e que desenvolvam um modelo de gestão territorial focado para o desenvolvimento sustentável, bem como realizem ações direcionadas a geoturismo, educação e gestão adequada dos locais com geodiversidade de relevância extraordinária.

Se por um lado a obtenção do título de geoparque pode ajudar a atrair mais turistas e diversificar o turismo e artesanato local, além de agregar valor a outros serviços e produtos, gerando emprego e renda, por outro lado as iniciativas relacionadas a educação são um grande incentivo para que nossos jovens e crianças possam não só entender melhor o local onde moram, mas também criar gosto pela ciência e pelo estudo. Acredito que, assim como eu me encantei pela ciência ao ter contato com os fósseis, muitas outras crianças podem seguir o mesmo caminho.

Entender sobre as rochas, sobre o ciclo das águas, as mudanças no planeta, a evolução das plantas e animais, a formação dos solos, entre outros processos, ajuda a

criar uma visão multidisciplinar que envolve desde geografia, física, química, história, biologia entre outras áreas.

Eu espero muito que Chapada consiga nos próximos anos ser reconhecida como um Geoparque Mundial UNESCO. Porém, as ações que estão sendo realizadas são importantes e ajudam no desenvolvimento do município mesmo caso o título não seja alçado. Elas ajudam a fortalecer o turismo e a educação, e isso já é um ganho importantíssimo que pode fazer muita diferença no futuro. Se você quiser saber mais sobre o Projeto Geoparque, basta procurar nas redes sociais.

CAIUBI KUHN Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT), doutorando em Geociências (UNESP) e doutorando em Environmental Sciences (Tubingen University)



Qual seu diferencial?

Dynair Alves de Souza (*)

Hoje falaremos sobre a importância de um diferencial na advocacia. Você já descobriu o seu? Quem sabe eu possa te ajudar. Vamos lá!

É fundamental que o advogado se coloque como responsável pelo seu projeto de carreira, já que ele é o principal agente. Precisa entender que as carreiras são construídas e que as pessoas estão procurando experiências particulares e significativas, vemos que as carreiras precisam ser customizadas, pois, cada indivíduo é um ser único.

Mesmo o advogado empregado precisa entender que sua carreira é por ele conduzida e não pelo proprietário da empresa ou escritório a que esteja vinculado. Também os gestores precisam ver que os profissionais podem e devem estar engajados

na construção das próprias carreiras, pois, assim serão melhores e trarão maiores resultados.

Mas quais habilidades e competências são imprescindíveis ao advogado em busca de sucesso nessa carreira competitiva?

A motivação e autoconhecimento são essenciais a todo indivíduo, sem isso o autogerenciamento de carreira não será possível, também é necessário que o profissional conheça seus valores e direcione sua carreira em conformidade com estes. Toda carreira depende de versatilidade, contínua adaptação e resiliência.

O advogado precisa ter uma especialidade ou nicho de atuação, mas ao mesmo tempo estar sempre pronto a aprender, reaprender e mudar se preciso for. Sim, o profissional que desde sempre se coloca numa postura de aprendizado constante sai na frente. Também identificamos que os profis-

sionais de sucesso nesta área tomam decisões que abrangem suas características e valores pessoais de forma autêntica e significativa, além de buscar sempre o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, analisando os impactos nesse equilíbrio em suas decisões de carreira. A mentalidade de crescimento também é marca registrada nos que se destacam na profissão.

Iniciar na advocacia requer um pouco de audácia, e como diz Cortella "a pessoa que tem audácia é aquela que avalia, estuda, analisa e vai. Isto é, ela se prepara e se lança por conta da coragem competente. Uma das coisas mais perigosas é a coragem mal preparada, porque aí não é coragem, é leviandade".

A preparação é essencial, sem ela empreender deixa de ser ato de coragem e passa a ser leviandade. Mesmo assim, é preciso trabalhar nessa preparação ao longo da faculdade, e se após o término dessa não se sentir preparado sempre é tempo de correr atrás do prejuízo, buscando cursos, treinamentos e mentorias especializadas.

Quem está entrando no mercado de trabalho sabe que hoje é preciso preencher uma série de requisitos, não dá para ser mais um. De cara é preciso ter talento para a advocacia e ter algumas competências básicas. Agora, aquele que realmente deseja se destacar precisa um pouco mais, precisa de competências diferenciadas.

As chamadas competências essenciais são as aptidões estratégicas e exclusivas que garantem vantagens e diferenciais em relação aos concorrentes. Para ser assim, considerada essa competência, deve ser transferível, capaz de criar valor e ser uma vantagem competitiva específica. Importante destacar que uma competência essencial resulta de um processo de permanente melhoria e aprimoramento, sendo elas que garantem a uma empresa liderança no mercado e ao indivíduo uma singularidade, ou seja, o tornam diferenciado.

É preciso pensar que assim como acontece com as empresas, são as suas competências essenciais que tornam você um candidato único àquela vaga de emprego, ou ao seu diferencial como advogado empreendedor.

Você consegue identificar agora suas competências essenciais? Pense, identifique seus

conhecimentos, habilidades e comportamentos que direcionam ao desempenho esperado na área pretendida, quais são comuns a maioria dos seus concorrentes e em quais você vê em si mesmo uma vantagem em relação aos demais?

Que tal um ato audacioso? Faça agora uma análise bem criteriosa de suas competências técnicas genéricas (aquelas que você tem, mas a maioria também as possui), aqui entra sua formação acadêmica, sua experiência profissional específica, sua formação complementar, após pense nas competências exigidas para sua área de atuação pelo mercado de forma cuidadosa: como é seu pensamento analítico, seu pensamento conceitual, sua flexibilidade, iniciativa, sua liderança, orientação para resultados, seu foco.

Em seguida, pontue com notas de 0 a 5 cada uma das competências verificadas, e tenha uma noção mais clara de como você se encontra para encarar o mercado de trabalho. Seja honesto, mas também se lembre de pensar em suas competências diferenciadas, se verificar por exemplo que tem grande iniciativa, foco, orientação para resultados e coragem suficiente, mas que ainda precisa trabalhar alguns aspectos importantes, procure um treinamento específico. Se na sua visão já se encontra preparado, por que não arriscar e partir para empreender na advocacia?

Cuidado para não ficar esperando as condições perfeitas e perder seu grande momento, busque construir seu diferencial, a competência que te faz único e, acima de tudo, acredite em si mesmo e percorra seu caminho. Toda grande carreira iniciou com um primeiro passo, dê o seu.

*DYN AIR ALVES DE SOUZA, advogada há 25 anos, proprietária do escritório Dynair Souza Advocacia e Consultoria Jurídica, Mestre em Direito, Master Coach e Mentora de Carreira e Negócios para advogados. www.dynairsouza.com.br, IG:@dynairsouza, @advocaciadynairsouza



Jornal
O IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpresomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

CÚPULA DO CLIMA

Política de tolerância zero contra crimes ambientais de Mato Grosso é apontada como referência por outros Estados da Amazônia Legal

MT é protagonista na preservação

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

rio de três países: Nova Zelândia, Dinamarca e Reino Unido. Mato Grosso tem mais de 62% de sua área preservada e abriga os biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia. Esses três biomas são considerados vitais para conter o aquecimento do planeta.

Mauren destacou que o Estado tem trabalhado para fazer do desenvolvimento sustentável uma política para coordenar todas as outras ações.

"O Estado investe em tecnologia, na integração das Forças de Segurança e na cooperação entre órgãos para o enfrentamento das ilicitudes. E o resultado já se verifica em números. Reduzimos em 20,5% o desmatamento no estado e contribuimos significativamente para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia", afirmou a secretária.

Mauren também lembrou o sistema de monitoramento feito pelos satélites Planet, adquirido por Mato Grosso com recursos



No painel 'Amazônia Real', Mauren destacou que território preservado de MT é maior que três países

Da redação

Representando Mato Grosso no painel 'Amazônia Real' da 26ª Conferência do Clima em Glasgow, Escócia, a secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, apresentou dados que demonstram a redução de crimes ambientais e queimadas ilegais no estado. O evento foi realizado no Pavilhão Brasil, onde Mauren sustentou que a estratégia de 'tolerância zero' adotada por Mato Grosso está dando certo.

Diante da comunidade internacional, a secretária lembrou que a área preservada de Mato Grosso soma mais de 560 mil quilômetros quadrados (km²), o que corresponde ao território

do Programa REM, que permite às autoridades monitorar e identificar responsáveis por eventuais crimes ambientais no estado.

"Fomos notícia ano passado em virtude dos incêndios, princi-

palmente no Pantanal, mas neste ano reduzimos os focos de calor em 83% no Pantanal, 52% em todo o estado, em comparação com o ano passado. Houve redução de 14% em comparação com a média

dos últimos 10 anos", explica.

O protagonismo de Mato Grosso na preservação do meio ambiente também foi reforçado por secretários de outros Estados durante o evento. O secretário do Ama-

zonas, Eduardo Taveira, destacou que a eficiência de Mato Grosso no combate aos crimes ambientais tem pressionado os demais para aumentarem suas capacidades.

"Acho importante destacar que Mato Grosso tem sido o 'estado da arte' para outros estados do ponto de vista de incremento tecnológico para o monitoramento e também nas alternativas para integrar esse aumento bem vindo da capacidade de produção, e usar esse instrumento efetivo de segurança contra as atividades ilegais", disse.

Taveira também destaca a importância da união dos Estados da Amazônia e observa que quando um estado aumenta a sua capacidade de coibir os crimes ambientais, os outros que estão nas margens sofrem uma maior pressão por desmatamento.

"É importante pensar em estratégias de combate ao desmatamento de forma integrada, e Mato Grosso tem sido uma grande referência para nós", afirmou.

OPERAÇÃO CAPISTRUM

TJ nega recurso e mantém afastamento de Emanuel

Da redação

A desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, presidente do Tribunal de Justiça em substituição legal, negou pedido feito pela defesa do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e manteve o afastamento do gestor. Emanuel está afastado de suas funções de prefeito da Capital desde o dia 19 de outubro, após a deflagração da Operação Capistrum, que investiga a suposta contratação irregular de servidores temporários em troca de apoio político.

"Ante o exposto, indefiro o pedido de suspensão da liminar deferida na Ação Civil Pública n. 1031787-89.2021.8.11.0041, em trâmite perante a Vara Es-

pecializada de Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca da Capital, formulado por Emanuel Pinheiro", diz o documento.

A defesa do prefeito alegou a questão da contratação de servidores temporários tem crescido nas gestões anteriores, além de que o MP deveria mostrar a "efetiva ingerência do requerente nessas contratações e pagamentos", além de demonstrar evidência de "ganho político ou de eventual troca de favores decorrente das contratações/pagamentos".

Emanuel também sustenta que o afastamento é uma "grave lesão à ordem pública desencadeada pela decisão impugnada, que afrontou

a soberania popular e democrática ao verdadeiramente cassar, sem justificativa idônea, milhares de votos outorgados ao requerente pela população de Cuiabá".

A desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, por outro lado, entendeu que o afastamento não tem o condão de provocar grave lesão à ordem pública e, por isso, não justifica a decisão analisada. Maria Aparecida Ribeiro ainda disse que o prefeito poderá dirimir as questões sobre seu afastamento por meio das vias ordinárias.

Também sustentou que, mesmo com o afastamento, a administração pública continua em pleno funcionamento.

NOVA LEI

Sem provas, MP desiste de bloquear R\$ 16 milhões

Da redação

O Ministério Público de Mato Grosso 'desistiu' de pedir o bloqueio de R\$ 16 milhões do prefeito afastado Emanuel Pinheiro (MDB), investigado na Operação Capistrum, que apura contratação de servidores temporários em troca de apoio político. A manifestação do Ministério Público foi feita em petição protocolada na última quinta-feira (4).

A desistência ocorreu em razão da mudança na Lei de Improbidade Administrativa, feita através da lei nº 14.230 de 2021. A nova lei estabeleceu que o Ministério Público teria que comprovar que o investiga-

do estaria 'dilatando' - vendendo ou passando para o nome de terceiros - seu próprio patrimônio para evitar o ressarcimento aos cofres públicos.

Na petição inicial, o MP havia pedido o bloqueio, mas o juiz Bruno D'Oliveira Marques afirmou que, para autorizar o bloqueio, seria necessária uma 'emenda' na petição apontando os indícios de dilapidação do patrimônio, já que a alteração na lei era recente.

"Considerando que o Ministério Público, por hora, no exíguo prazo concedido, ainda não reuniu elementos capazes de ajustar o pedido de indisponi-

bilidade de bens com fulcro na nova Lei, este órgão de execução se manifesta no sentido de que não emendará a inicial, no que tange a pretensão cautelar de indisponibilidade de bens", diz trecho do documento.

Por outro lado, o MP reforça que as provas de práticas de improbidade administrativa são "contundentes". Na mesma petição, o Ministério Público juntou aos autos um documento do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed), onde alertou o Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre as possíveis irregularidades nos pagamentos do prêmio saúde.

CONTAS DE CAMPANHA

MPF vê 'gabinete paralelo' e quer cassar Bezerra

Da redação

O Ministério Público Federal (MPF) pediu a cassação do mandato do deputado federal Carlos Bezerra por usar a estrutura do MDB para sua campanha, em 2018, e não declarar à Justiça Eleitoral. O MPF argumenta que foram declarados apenas R\$ 92 mil em "recursos estimáveis", utilizados para pagar serviços de contabilidade, advogados e aluguel da sede da campanha.

Porém, o MPF aponta que Bezerra teria se valido da condição de presidente estadual do MDB para arremeter uma estrutura paralela para trabalhar em sua campanha e não declarou os gastos em sua prestação de contas. O MP cita, por

exemplo, o gasto com material gráfico. Bezerra declarou gasto de R\$ 142 mil, mas o gasto total teria sido de R\$ 262 mil, o que resultaria na ocultação de R\$ 92 mil.

"É importante ressaltar que os documentos fiscais nº 21856, 219934, 21935, 22147 e 22182 foram emitidos em nome do MDB/MT, e não foram registrados como receita estimável em dinheiro, embora contenham material publicitário do Representado. Apenas para exemplificar, a nota fiscal nº 21935 (id. 2583222, R\$6.893,00), foi paga pelo MDB/MT e contém 225 mil santinhos exclusivos do Representado", destacou o procurador regional eleitoral Erich Raphael Masson.

"Em suma, o material foi contratado e pago

pelo partido presidido pelo Representado, e recebido por seu pessoal de campanha, porém, nada foi declarado à Justiça Eleitoral!", completa.

O MPF segue elencando os gastos com combustíveis, destacando foi declarado gasto de R\$ 48 mil, mas que não foi utilizado para abastecer carros oficialmente ligados à campanha, já que não foram registrados os detalhamentos dos abastecimentos, como registro de placas, modelos e motoristas. Além disso, o MPF aponta que o candidato ocultou um gasto de R\$ 91 mil do partido, em prol da campanha de Bezerra.

O MPF também identificou pelo menos 40 pessoas que teriam sido contratadas pelo partido para trabalhar exclusiva-

mente na campanha de Carlos Bezerra. O partido teria gasto mais de R\$ 104 mil com pagamento dessas pessoas, aluguel de carros e pagamento de combustíveis.

"Subsistem indícios robustos e provas de movimentação paralela de recursos financeiros de campanha com amplo uso da estrutura partidária, sob presidência do Representado. O desequilíbrio na disputa é notório na medida em que idêntica estrutura, aqui chamada de "gabinete paralelo", não esteve disponível aos demais players, notadamente os que conduziram sua campanha dentro dos limites impostos pela legislação", conclui o MP.

O processo tem como relator o juiz Gilberto Lopes Bussiki, do Tri-

bunal Regional Eleitoral (TRE).

OUTRO LADO - O advogado Francisco Faiad, que representa Bezerra, disse que as contas de

campanha foram aprovadas em 2019 e que "não entende" a insistência do Ministério Público Federal na tese de um "gabinete paralelo".



Segundo o MPF, Bezerra teria usado estrutura do partido em sua campanha sem declarar à Justiça Eleitoral

NOVO COMANDO

Para o próximo biênio, conselheiro terá Valter Albano como vice e o atual presidente, Guilherme Maluf, será corregedor-geral da instituição

Novelli é eleito presidente do TCE

Tony Ribeiro/TCE-MT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

Candidato único, o conselheiro José Carlos Novelli foi aclamado presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) para o biênio 2022/23 na manhã de quarta-feira (3). Essa é a terceira vez que ele comanda a Corte de Contas. Seu vice será Valter Albano e o atual presidente, Guilherme Maluf, será corregedor-geral.

A escolha por Novelli foi feita em setembro de 2021. Na ocasião, houve uma reunião entre os conselheiros titulares, que definiu - em consenso - pela indicação de Novelli à presidência. Faltou apenas a definição do vice-presidente e do corregedor-geral, que foram anunciados na sessão desta quarta.

"Quero deixar consignado meus agradecimentos por terem aceitado participar da nossa chapa, para que possamos fazer um excelente trabalho em prol do nosso Tribunal de Contas", disse Novelli.

Após ser aclamado presidente, Novelli fez um discurso afirmando que irá se dedicar à melhoria dos serviços prestados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Ele sinalizou que pretende manter alguns programas e parcerias encabeçados por Maluf, cujo mandato é marcado por uma relação mais próxima com os municípios, com foco em orientar e prevenir possíveis problemas na prestação de contas.

"De minha parte todos podem contar com total dedicação de um trabalho incansável para realizar uma gestão eficiente, inclusiva, focada para onde todos nós teremos orgulho de servir na certeza de que esse trabalho colabora efetivamente para promoção de decisões justas, melhoria da gestão pública e dos serviços



Novelli foi eleito para seu terceiro mandato como presidente do TCE-MT

prestados à sociedade", afirmou.

A posse da nova Mesa Diretora ocorrerá em sessão especial na segunda quinzena de dezembro. No entanto, o mandato só começa a contar em 3 de janeiro de 2022.

DESEFECHO - A sessão desta quarta (3) também marcou o retor-

no do conselheiro Sérgio Ricardo ao Tribunal de Contas, após passar quatro anos e 10 meses afastado. Foi também a primeira eleição em que todos os conselheiros titulares estavam presentes, após cinco deles terem sido afastados por determinação da Justiça. A questão foi comentada

tanto por Novelli quanto por Ricardo.

O NOVO PRESIDENTE - Novelli completou recentemente 20 anos de posse no TCE. Neste período, já foi presidente por dois mandatos (2006/2007 e 2012/2013), vice-presidente e corregedor-geral. Atualmente, é

supervisor da Escola Superior de Contas.

O conselheiro foi o responsável pela implementação do Programa Consciência Cidadã, pelo início das transmissões on-line das sessões plenárias, pela criação do Sistema Aplic e implantação do Portal Transparência.

RENDA SOLIDÁRIA

Cuiabá propõe auxílio de R\$ 500 a trabalhadores

Gilberto Leite



Stopa revela que está desenvolvendo parceria com o IFMT para oferecer capacitação aos beneficiários do Renda Solidária

Gabriel Soares

O prefeito de Cuiabá em exercício, José Roberto Stopa (PV), encaminhou um projeto de lei à Câmara Municipal para estender o programa de auxílio emergencial da Prefeitura. Chamado "Renda Solidária II", o programa deve pagar três parcelas de R\$ 500 para cerca de 375 trabalhadores que atuam com reciclagem de resíduos sólidos e carroceiros.

Conforme o texto, serão beneficiados somente trabalhadores que já estão devidamente qualificados e cadastrados em planilha confeccionada após o trabalho realizado pela Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, pelo

Movimento Nacional dos catadores de Materiais Recicláveis e a Associação dos Trabalhadores de carga com Tração Animal.

Ao anunciar o programa, Stopa destacou que está desenvolvendo uma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) para oferecer cursos profissionalizantes para esses trabalhadores.

"A ideia é retirar essas pessoas de lá, capacitá-las e recolocá-las no mercado de trabalho após a realização desses cursos profissionalizantes que serão ofertados em breve. Queremos continuar com a proposta de dar dignidade às pessoas mais carentes e manter a marca de gestão humanizada, que sempre foi a proposta desta gestão. Vale lembrar que essa ren-

da emergencial é para dar dignidade às famílias assistidas durante a pandemia da covid-19", comentou Stopa.

RENDA SOLIDÁRIA - O programa é a reedição do auxílio criado em 2020, que beneficiou 1.202 trabalhadores autônomos, inscritos na Prefeitura de Cuiabá, que receberam R\$ 500 pelo período de três meses. O benefício atendeu à demanda das categorias dos feirantes, ambulantes, transporte escolar, carroceiros e catadores de recicláveis.

O investimento, na época, originou-se do remanejamento de recursos oriundos da suspensão das verbas indenizatórias do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais, além de valores transferidos dos serviços administrativos e de encargos de tarifas bancárias.

TROCA DE ACUSAÇÕES

Sessão da Câmara é encerrada após bate-boca

Da redação

O presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Juca do Guaraná (MDB), encerrou a sessão ordinária de quinta-feira (4) após um bate-boca entre os parlamentares. A sessão decidiria sobre a instauração de uma comissão processante, que poderia cassar o mandato do prefeito afastado Emanuel Pinheiro (MDB).

Durante o pequeno expediente, o vereador Sargento Vidal (Pros) criticou a forma como alguns parlamentares têm usado as redes so-

ciais para se promoverem sobre a cassação do prefeito e acabou acusando a colega Michelly Alencar (DEM) de espalhar fakes.

De acordo com o vereador, Michelly teria publicado que os parlamentares estão recebendo cheques para não aprovarem a comissão processante contra Emanuel.

"Como assim, tem um cheque aí? Eu não recebi o meu. Onde está esse cheque? Tem que perguntar para a vereadora Michelly Alencar, que divulgou isso nas redes sociais dela, dene-

grindo todos os demais vereadores, porque ela está afirmando que tem um cheque[...] Isso fere o Artigo 92 do Código de Ética da Casa. Isso é quebra de decoro", disse Vidal.

O vereador acrescentou que ficou incomodado com a postura da colega de Legislativo, pois até seus familiares têm falado desse possível cheque e a suposta "compra" dos vereadores.

Michelly se sentiu incomodada e pediu direito de resposta após ser citada por Vidal. No entanto, o presidente Juca

do Guaraná não concedeu uma parte à vereadora porque ela já havia feito o uso da tribuna. Foi aí que o 'barraco' começou e se transformou em uma discussão generalizada.

A vereadora alegou que foi citada e Juca rebateu dizendo que ser citado é normal, porque a fala de Vidal não atingiu a honra de Michelly. Pediu ainda que a vereadora fosse ler o artigo 140 do regimento interno da Casa.

Michelly não acatou o pedido e, com o microfone desligado, ficou gritando na sessão, pe-

dindo ordem e impedindo que os vereadores Eduardo Magalhães (Republicanos) e Adevaír Cabral (PSDB) falassem. Ela ganhou o apoio dos colegas Dilemário Alencar (Podemos) e Diego Guimarães (Cidadania), que começaram a gravar vídeos com seus celulares e criticar a postura do presidente.

Juca então pediu que os vereadores mantivessem a ordem, ou encerraria a sessão sem votar o requerimento.

"Vereadora, não adianta a senhora ficar histérica como uma menina que perdeu um

doce. Próximo vereador inscrito", disse Juca.

A fala do presidente jogou ainda mais lenha na fogueira. Após Dilemário filmar o 'barraco' e dizer que ali estavam "os paus mandados do prefeito", o vereador Paulo Henrique (PV) mandou Dilemário ficar quieto e parar "de fazer palanque em rede social".

Diante da confusão generalizada, Juca encerrou a sessão e a votação do pedido de comissão processante ficou para a próxima sessão, que deve acontecer no dia 9 de novembro.

CÚPULA DO CLIMA

Gestores criam 'Consórcio Brasil Verde' para cobrir vácuo de Bolsonaro na COP-26 e garantir envio de recursos internacionais para a Amazônia

Governadores 'tomam as rédeas'

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) se uniu a um grupo de 21 governadores que participam da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP-26) para criar o "Consórcio Brasil Verde", uma tentativa de amenizar a ausência do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no debate da agenda climática e de garantir recursos internacionais para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Liderado pelo governador Renato Casagrande (PSB-ES), o grupo está articulando em Glasgow, na Escócia, em busca de recursos, investimentos e troca de experiências. No entanto, para conseguir aporte financeiro internacional ainda precisarão de uma autorização

do governo federal, por meio de um acordo de cooperação técnica.

"O tema da mudança climática ganhou destaque no mundo todo. Não podemos substituir o governo federal. Quem faz negociações é o governo central. Mas comparamos, em parte, a ausência do governo neste tema", disse Casagrande.

Os governadores também assinaram compromissos para atingir a neutralidade em carbono, compromisso este que Mauro Mendes já havia anunciado antes de viajar para a Escócia, com o lançamento do programa Carbono Neutro MT.

Durante sua participação na cúpula internacional, Mauro criticou o posicionamento de alguns países e pediu reciprocidade ambiental. O governador chegou a desafiar o presidente francês Emmanuel Macron a fazer o que o Brasil e Mato Grosso têm feito pela conservação ambiental.

"Assim como na área diplomática, se um país exige visto nós exigimos também, nós temos que começar a exigir da França, que fala tanto



Governadores assinaram compromisso com a comunidade internacional de neutralizar as emissões de carbono

em meio ambiente, que eles cumpram o tratado [...] Temos em Mato Grosso, 62% da nossa área preservada e somos o maior produtor de alimentos do Brasil e uma das maiores áreas do planeta que produz ali-

mentos. A reciprocidade ambiental é exatamente isso: vamos exigir deles exatamente o que estão exigindo de nós. Não admito e nós brasileiros não podemos admitir só nós sermos cobrados deste problema e das

ações que precisam ser feitas", falou Mauro.

Nesta quinta, Mauro ainda se encontrou com o príncipe Charles, herdeiro do trono britânico, para apresentar as ações e estratégias do governo de Mato Grosso em

relação à preservação ambiental e redução de emissões de carbono.

Antes do encontro com Charles, Mendes teve uma reunião com o ministro do Meio Ambiente da China, Xie Zhenhua. O encontro ocorreu no Kelvingrove Art Gallery and Museum, em Glasgow.

NEUTRALIDADE - Mato Grosso aderiu à campanha "Race to Zero" (Corrida para o Zero), das Nações Unidas, e se antecipa à meta da campanha mundial, que propõe neutralizar as emissões de gases de efeito estufa até 2050. Segundo Mauro, Mato Grosso alcançará esse patamar até 2035, chegando à meta intermediária de reduzir 80% das emissões até 2030.

"É possível que Mato Grosso alcance a meta não por aquilo que nós vamos fazer, mas pelo que já estamos fazendo. Essa é a grande diferença. Não vamos começar agora a estruturar ações para a descarbonização da economia. Já existem ações que apresentamos, uma estratégia com 12 eixos, e a maioria deles já estão sendo trabalhados dentro de Mato Grosso", disse.

1ª VOTAÇÃO

Assembleia Legislativa proíbe ensino de linguagem neutra

Da redação

A Assembleia Legislativa aprovou, nesta quarta-feira (3), um projeto de lei de autoria do deputado Gilberto Cattani (PSL), que proíbe o ensino da linguagem neutra nas escolas. O projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Educação, que foi derrubado.

Cattani ainda classificou o parecer da Comissão de Educação como "esdrúxulo". O projeto recebeu 8 votos favoráveis, 7 contrários e 8 deputados estiveram ausentes.

"Eu proponho que não se crie nada além do que já existe. A gramática como ela é, o português como é, as palavras como são. Se, por ventura, os filhos de alguém

quiserem adotar isso como prática pessoal, eu não tenho nada contra isso. Cada um faz o que quer da vida", disse.

O deputado prevê que vai precisar se articular ainda mais para aprovar o projeto em segunda votação, tendo em vista que os outros deputados que estiveram ausentes nesta sessão poderão estar presentes.

Cattani ainda disse que o projeto não pretende alterar a dinâmica da língua portuguesa, já que se trata de uma linguagem viva e é alterada conforme as mudanças feitas pela própria sociedade, sem imposições legislativas.

"O que nós não podemos fazer é obrigar, principalmente nossas crianças, a adotarem na marra. Pode se ado-

tar terminologias, palavras, hábitos, agora o que não pode é destruir uma gramática já programada dentro do currículo escolar", comentou.

CONSELHO - Mais cedo, o presidente em exercício da Assembleia, Dilmar Dal Bosco (DEM), afirmou que o projeto de lei que cria o Conselho Estadual LGBTQIA+ foi tirado da pauta de votação porque o Legislativo tinha temas mais importantes para debater.

"Ele não quer que seja tramitado agora, porque nós temos tantas matérias para serem analisadas. Isso não quer dizer que não pode ser avaliado. Só pediu a mesma coisa que qualquer um pede: para tirar de pauta uma matéria que está em votação", disse.

SUSPEITA DE IRREGULARIDADES

Lúdio Cabral tenta barrar processo seletivo da Seduc

Da redação

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) entrou com ação no Tribunal de Justiça, na quinta-feira (4), para anular o processo seletivo de contratação de professores e funcionários interinos lançado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) na semana passada. Lúdio argumenta que o Edital Nº 008/2021/GS/SEDUC/MT burla a realização de concurso público para a rede estadual de Educação, bem como o concurso já realizado em 2017, que ainda está em vigência, além de excluir pessoas do grupo de risco para covid-19 e ter sido copiado de um edital do Espírito Santo.

"O edital traz uma série de erros e ilegalidades. Um dos grandes

absurdos desse seletivo é proibir a contratação de pessoas do grupo de risco para covid-19. Isso significa que uma pessoa com diabetes, por exemplo, não poderá trabalhar em uma escola estadual. Não tem sentido um seletivo como esse enquanto centenas de interinos aguardam nomeação. Além disso, a Seduc já tem a tradição de contratar interinos por contagem de pontos, realizada sem custo nenhum para o Estado e para os trabalhadores. Com o edital, querem inclusive cobrar pelas inscrições", disse Lúdio.

Na ação popular, Lúdio pede liminar para suspender o edital, acabar com a restrição para contratar pessoas do grupo de risco, realizar a contratação de interinos por meio do Processo de Atribuição Seduc (contagem de pontos, sem custo para a secretaria e para os candidatos), e nomear os aprovados no cadastro de reserva e os habilitados no concurso público realizado em 2017.

Lúdio observou que cerca de 400 pessoas ainda aguardam nomeação do concurso da Seduc de 2017 nos cargos de professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional. Enquanto

isso, 15.701 profissionais atuam na rede estadual de Educação com contratos temporários, o que corresponde a 45% do total de 34.548 professores e funcionários da Educação de Mato Grosso, conforme informações do Portal da Transparência.

Na ação, Lúdio citou ainda que o seletivo está sendo realizado pelo Instituto Selecon, empresa privada contratada por dispensa de licitação, "em detrimento da própria Seduc que tradicionalmente realiza sem ônus o seletivo, e até de instituições públicas que poderiam realizá-lo, como a UNEMAT, UFMT, IFMT, dentre outras".

Lúdio Cabral apresentou também o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2021, na sessão de quarta-feira (3), para sustar os efeitos do edital, pois o seletivo discrimina pessoas do grupo de risco. "Isso significa dizer que pessoas que se enquadram como idosos, hipertensos, diabéticos, com doença respiratória crônica (asma), doença autoimune, gestantes, dentre outros, vacinadas ou não com imunizante da covid-19, não poderão se inscrever no processo seletivo para contratação de temporários", observou.

MORO À PRESIDÊNCIA

Quero ver o tamanho dele na política"

Da redação

O deputado estadual Valdir Barranco, presidente do PT em Mato Grosso, afirmou que quer ver o ex-juiz Sérgio Moro, alzo do ex-presidente Lula, disputando as eleições presidenciais para mostrar o seu tamanho na política.

Em conversa com jornalistas, Barranco afirmou é muito fácil fazer as 'canalhices' que o ex-juiz fez usando a toga, mas a coisa muda quando está em disputa um mandato político.

"Quero mesmo é que ele dispute, queremos ver o tamanho dele na política. É muito fácil estar atrás da toga e fazer todas as canalhices que ele fez. Queremos que ele venha disputar com o Lula para gente ver o tamanho dele na política", disse.

Moro é cotado para ser o candidato da chamada terceira via pelo Podemos e tem conquistado os apoiadores da direita que se frustraram com o governo de Jair Bolsonaro (sem partido). O ex-juiz é bem visto justamen-

te por ter levado Lula à prisão, o que cria um simbologismo de combate à corrupção em torno de seu nome, um dos principais temas encampados nas manifestações da direita.

O deputado ainda avaliou que a gestão do presidente Jair Bolsonaro é "pífia" e, mesmo em um estado conservador como Mato Grosso, está se desidratando e permitindo o crescimento do ex-presidente Lula. Barranco revelou ainda que tem conversado com Lula e que o ex-presidente demonstrou

interesse em vir a Mato Grosso em um futuro próximo.

"[Bolsonaro] é o pior presidente da história do Brasil desde da proclamação da República e depois da ditadura militar. Pior presidente, inclusive pior que os militares que governaram. Não tem conhecimento, é um ignorante, só fala besteira, envergonha o Brasil internacionalmente", avaliou.

Barranco ainda desafiou Bolsonaro a mostrar obras em Mato Grosso que tenham sido iniciadas em sua gestão.

PUBLICAR
PUBLIÇÕES E AQUÍ

Suas Publicações Legais é aqui na Publicar

- Atas
- Editais
- Extravios
- Balanços
- Estatutos
- Convocações
- Regulamentos
- Avisos de licitações

65-99228-9990

IMUNIZAÇÃO INCOMPLETA

Os agentes de saúde estão instruídos a não completar imunização de quem não tomou a primeira dose da AstraZeneca em Cuiabá

"Forasteiros" ficam sem 2ª dose

Disk Farmácia
Ligou, Pediu, Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

ANS - nº 34208-4

Da redação

As pessoas que não tomaram a 1ª dose da AstraZeneca em Cuiabá e precisam completar a imunização contra a covid-19 no município serão barradas nos pontos de vacinação. O grupo específico é formado por pessoas não residentes, moradores recém-chegados, residentes temporários ou simplesmente de passagem pela cidade. A escassez de doses da AstraZeneca na capital fez com que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) restringisse a aplicação da 2ª dose só para os municípios locais, ficando de fora os "forasteiros".

Na medida em que imunização avança em determinadas cidades, aumenta-se o deslocamento de pessoas em busca de vacinas. O fenômeno é observado por pesquisadores da Fun-

dação Oswaldo Cruz, instituição que tem realizado estudos sobre a pandemia no Brasil. Conforme um levantamento da entidade, os percentuais de doses aplicadas fora do município de residência oscilam de 11% a 25%, sendo intensificado a partir de maio de 2021.

O interesse desse grupo poderia ser visto como um ponto positivo, mas virou um problema para os municípios. A divergência é que, apesar de o plano de imunização ser nacional, são os gestores de cada cidade que criam as regras para administração das doses.

Para a entidade, o percentual de pessoas vacinadas fora do local de residência "revela discordâncias importantes nos processos de vacinação em aplicar as doses de imunizantes no município de residência e a falta de homogeneidade entre os critérios usados para a vacinação de grupos específicos".

Apesar desse grupo de vacinados atingir até 25% em alguns municípios, a falta de critérios unificados deixa essa população na incerteza. Um desses casos aconteceu em Cuiabá, capital de Mato Grosso.



Enquanto não houver doses extras do imunizante a medida será mantida, informou a Secretaria de Saúde de Cuiabá

Natural do estado, Angie Saggin, voltou a morar em Cuiabá após oito anos. Desde a última sexta-feira (29), mesmo com comprovante de residência em seu nome, a empresária não consegue tomar a 2ª dose da AstraZeneca. "Quando viram que a minha carteirinha de

vacinação era de outro estado, Alagoas, falei que não tinha dose para quem era de fora, que as vacinas existentes estavam reservadas para quem tomou a 1ª dose aqui [Cuiabá]", recorda.

Por meio de nota, a Secretaria de Saúde Municipal confirmou

que é essa postura de não ser adotada nas unidades de vacinação, enquanto não houver doses extras do imunizante. "Os servidores que atuam nos polos de vacinação estão orientando que aguardem até que o Município tenha doses para atender além de seus municípios".

FREIO DE MÃO

Vacinação de adolescentes empaca

Da redação

A vacinação de jovens (12 a 17 anos) contra a covid-19 em Cuiabá completou um mês na última quinta-feira (4) e o número de imunizados está bem abaixo do esperado. A estimativa era de que cerca de 54 mil jovens fossem imunizados, mas, no começo desta semana, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) informou que ainda há cerca de 50 mil pessoas acima de 12 anos que não tomaram a 1ª dose da vacina.

No dia 22 de setembro, o Ministério da Saúde anunciou pela primeira vez a imunização desse grupo. Seguindo a ordem de prioridade definida pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), a vacinação deste grupo deveria começar pelas adolescentes grávidas, puérperas e lactantes, adolescentes com deficiência permanente, adolescentes com comorbidades e jovens de 12 a 17 anos em regime socioeducativo.

Na época, os adolescentes sem comorbidades também podiam se cadastrar e de forma decrescente, conforme a disponibilidade de vacinas, seriam imunizados. Porém, logo após anunciar o último grupo, o Ministério da Saúde pediu que os adolescentes sem comorbidades fossem retirados da lista de grupos cuja vacinação contra a covid-19 é recomendada.

Na época, o Ministério argumentou que a vacinação de jovens não era indicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) - o que não é verdade. Segundo a OMS, a

imunização desse grupo é considerada por diversos especialistas como a estratégia mais eficaz para reduzir o risco de adoecimento dessa população e conter a disseminação do vírus.

Com o impasse, algumas cidades mantiveram a vacinação e outras seguiram a ordem. Dias depois, o Ministério voltou atrás e recomendou que as vacinas fossem aplicadas em todo o grupo. Só que, na esteira da indecisão do governo federal, surgiram diversas informações falsas relacionadas ao risco do imunizante para essa faixa etária, a vacinação dos adolescentes 'estacionou' e se tornou uma preocupação aos agentes de saúde.

Em comunicado enviado pela SMS, a pasta conclama a população acima de 12 anos que ainda não tomou nenhuma dose da vacina, para que façam o cadastro através do site www.vacina.cuiaba.mt.gov.br e se dirijam ao polo de vacinação mais próximo, sem necessidade de aguardar o agendamento. Basta apresentar um documento com foto e comprovante de residência. Menores de idade devem estar acompanhados de um dos pais ou responsável maior de idade e seguir a mesma recomendação.

Na busca de facilitar o 'trabalho' de se vacinar, a Prefeitura irá abrir o posto de imunização localizado no Pantanal Shopping neste domingo (7), das 10h às 20h. "A novidade esta semana será a vacinação no domingo, pois é um dia em que os shoppings têm um fluxo grande de pessoas. Esperamos conse-

guir uma boa adesão da população nestes dias", disse Valéria de Oliveira, coordenadora da campanha de imunização em Cuiabá.

No Pantanal Shopping será realizada apenas a aplicação da vacina Pfizer. Poderão ser vacinadas pessoas que tomaram a primeira dose da Pfizer há 56 dias (8 semanas). Também poderão se vacinar no local com a dose de reforço pessoas a partir de 60 anos e trabalhadores da saúde, que tenham tomado a segunda dose (de qualquer vacina) há 6 meses e imunossuprimidos que tenham tomado a segunda dose há 28 dias. Não é preciso agendamento.

O médico infectologista Luciano Corrêa critica a decisão de pais e responsáveis de adolescentes de não levarem os filhos para se vacinarem. "Tem que vacinar sim. Um dos mecanismos de se evitar a disseminação da doença no ambiente escolar, por exemplo, é que a maioria dos alunos e professores estejam vacinados. Não existe isso de não vacinar jovens. Se a gente ficar negando a vacina, nunca iremos conseguir controlar a doença", aponta.

Segundo ele, não vacinar essa faixa etária coloca em risco a vida de pessoas que sequer têm a capacidade de escolher por conta própria. Crianças e adolescentes têm probabilidade baixa de evoluir para um quadro grave da doença, como uma pneumonia por exemplo, mas podem infectar pais e avós que tenham o sistema imunológico fragilizado e sofrer com as complicações da doença.

MULTIVACINAÇÃO

Mais de 40 mil adolescentes e crianças se imunizaram em MT

Da redação

A Campanha Nacional de Multivacinação foi prorrogada até o dia 30 de novembro pelo Ministério da Saúde. Em todo o mês de outubro, foram aplicadas 4.322.305 de doses em crianças e adolescentes com idades entre 0 a 15 anos. Desse montante, 110.827 vacinas foram aplicadas em matogrossenses.

Segundo dados do Localiza Sus e da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso (SES-MT), o estado já vacinou 44.864 crianças e adolescentes. A campanha de multivacinação tem o objetivo de atualizar a caderneta de vacinação desse público, por isso o número de doses aplicadas é maior que o da população alvo.

As vacinas disponíveis nos Postos de Saúde da Família (PSFs) são: BCG (que é tomada nos primeiros dias de vida, evitando a tuberculose); Hepatite A e B; Pentavalente (que combate a difteria, tétano, coqueluche, a Haemophilus influenzae B e a hepatite B); Pneumocócica 10 valente (que previne pneumonias, meningites, otites e sinusites); VIP (Vacina Inativada Poliomielite); Rotavírus Humano (protege contra a diarreia causada pelo rotavírus); Meningocócica C (que previne a meningite meningocócica tipo C).

Além disso, estão disponíveis também as doses de reforço de alguns desses imunizantes como: VOP (Vacina

Oral Poliomielite), febre amarela, Triplice viral (sarampo, rubéola, caxumba), Tetraviral (sarampo, rubéola, caxumba, varicela), DTP (tríplice bacteriana), Varicela e HPV quadrivalente (Papilomavírus Humano).

Em Cuiabá, 16.911 vacinas foram aplicadas em 7.188 crianças e adolescentes. As três vacinas mais aplicadas, até o momento, são a meningocócica (2.443 doses); poliomielite (2.253 doses); e pentavalente (2.007 doses). O quantitativo representa 63,79%, 64,17% e 66,40%, respectivamente, da cobertura vacinal.

Várzea Grande, segunda cidade mais populosa do estado, as três vacinas também foram 'campeãs' nas cadernetas de vacinação do público alvo. Foram administradas 8.966 doses em 4.013 pessoas. Poliomielite (1.264 doses); meningocócica (1.239 doses); e pentavalente (1.150 doses), constituindo 64,05%, 60,09% e 59,61%, respectivamente da cobertura vacinal.

Já em Sinop (577 km da capital), 7.913 doses foram aplicadas. Diferentemente da Região Metropolitana, o imunizante mais aplicado por lá foi o da febre amarela, com 1.006 aplicações, o que representa 74,36% da cobertura vacinal.

Até o momento, 4.635 doses foram ministradas entre 2.206 crianças e adolescentes de Rondonópolis (214,6 km de Cuiabá), que recentemente passou por um

A coordenação de campanha também negou uma possível estocagem de doses da AstraZeneca e, ainda, do surgimento de sobra de doses ocasionadas pelos faltosos. Alega que conta apenas com a quantidade suficiente para vacinar aqueles que estão no prazo, agora com intervalo de 56 dias.

"Visando resolver a situação daqueles que tomaram a primeira dose do imunizante em outros locais, a coordenação da campanha já conversou com a Secretaria de Estado de Saúde para verificar a possibilidade de receber mais doses da vacina AstraZeneca". Dessa forma, "mais pessoas poderão ser atendidas, além daqueles que tomaram a primeira dose em Cuiabá", afirma a secretaria.

Enquanto a resposta ao pedido de mais doses para o Cuiabá não chega e o posicionamento da gestão municipal é de não adotar a intercambialidade, os recém-chegados em Cuiabá esperam, sem previsão de data, a 2ª dose da vacina. "Se pudesse, eu tomaria, tranquilamente a Pfizer como segunda dose. Não vejo a hora de completar a minha vacinação", desabafa Angie.

PASSAGENS DE ÔNIBUS

Empresas de transporte reclamam de aumento de custos de insumos como o diesel e não descartam novos aumentos no preço das passagens

Alto custo deixa população a pé

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

Quem depende de ônibus para se deslocar nas cidades tem sentido o peso do custo das passagens no orçamento. Mesmo sem aumento de tarifas, o valor gasto com transporte público coletivo ficou mais caro por influência da inflação, em especial dos combustíveis. A curto prazo, a previsão é que as condições piorem para os usuários.

Com o recente anúncio de alta de combustíveis feito pela Petrobras na última semana, a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) afirmou que o atual preço do diesel mostra que governo federal “quer ônibus lotado e serviço ruim”, em referência ao reajuste de quase 9% do diesel vendido às distribuidoras.

A entidade culpa o governo federal de omissão ao não agir contra os

sucessivos reajustes do óleo diesel. Na reclamação, o representante do setor afirma que, para as empresas do transporte público coletivo, o custo do combustível representa em média 26,6% do total. Isso “está forçando a insolvência das empresas operadoras e o colapso dos sistemas de transporte público organizado em todo o país”, alerta a NTU.

O problema, por enquanto, aflige os donos das empresas, mas em breve poderá ser repassado aos usuários. “Com o aumento acumulado de 65% do combustível somente este ano, as empresas operadoras não terão outra opção além de acionar as cláusulas de reajuste tarifário e reequilíbrio dos contratos de concessão para evitar a suspensão da prestação dos serviços”, pontua a associação.

Para as famílias mais vulneráveis, o gasto com deslocamento compromete a renda e até dificulta a busca por emprego. Entre os mais pobres, o comprometimento da renda reflete ao menos dois graves problemas: na relação entre mobilidade urbana e exclusão social.

“O alto custo do transporte na renda domiciliar limita a quan-



Associação alerta que reajustes dos combustíveis serão repassados ao trabalhador, com aumento nas passagens de ônibus

tidade de viagens e as opções de mobilidade urbana das pessoas de baixa renda, o que reduz a sua acessibilidade a oportunidades de emprego e serviços essenciais e agrava problemas de exclusão social”, diz estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea).

Para ilustrar o drama de quem não tem dinheiro para usar o transporte coletivo, o Ipea cita uma pesquisa realizada na região metropolitana de São Paulo. Conforme os dados da “Pesquisa Origem-Destino de 2017”, cerca de 16% de todas as viagens feitas para buscar emprego foram feitas a pé ou de bicicleta.

“Dessas, praticamente metade (46%) foram feitas por transporte ativo por motivo de restrição financeira, o que dá uma ideia mais concreta de como os custos de transporte limitam o leque de oportunidades acessíveis a pessoas de mais baixa renda”, destaca o Ipea.

Em janeiro deste ano, o governo de Mato Grosso reajustou a tarifa de ônibus intermunicipal entre Cuiabá e Várzea Grande passou de R\$ 3,75 para R\$ 4,10. Em setembro, houve reajuste também no custo de passagem entre Cuiabá e Santo Antônio do Leverger que passou de R\$ 5,95 para R\$ 7,75.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Cuiabá movimentada R\$ 1,2 bilhão

Da redação

Cuiabá atingiu a marca de R\$ 1,2 bilhão em vendas de 3,2 mil unidades habitacionais. Os resultados do 3º trimestre foram divulgados pelo Sindicato da Habitação de Mato Grosso (Secovi-MT). Os resultados são os melhores já registrados para o período desde o início do estudo, que começou em 2015.

O valor total financiado também foi o melhor para o período, chegando a R\$ 229 milhões, alta de 18,91% no comparativo com o mesmo trimestre de 2020. No entanto, Marco Pessoz, presidente do Secovi-MT, destaca que apesar de os números continuarem mostrando indicativo de crescimento da economia, o risco de alta dos juros pode

afetar o segmento de forma direta.

“Mesmo com a maioria dos componentes do estudo mostrando resultados positivos, o valor financiado caiu no comparativo com o trimestre anterior, quando o estudo apontou R\$ 240,5 milhões em valores financiados. As recentes mudanças da taxa básica de juros também ajudaram a frear o percentual financiado dos imóveis, que ficou em 19,08%”, explicou Pessoz.

Com relação ao número de imóveis comercializados, o estudo mostrou que 2.861 são usados e apenas 352 novos. As regiões mais procuradas são a leste e a oeste, consideradas áreas residenciais da capital mato-grossense.

O ticket médio dos imóveis comercializados

foi de R\$ 373.832,11, aumento de 26,94% sobre o 3º trimestre de 2020. Já sobre o valor transacionado, o aumento observado no comparativo com o mesmo período do ano anterior foi de 54,67%.

O estudo de evolução do mercado imobiliário conta com o apoio da Fecomércio-MT e é realizado desde 2015 pelo Secovi-MT em uma parceria com a Secretaria de Fazenda do município de Cuiabá, com fonte dos dados do ITBI municipal.

O Sistema S do Comércio, composto pela Fecomércio, Sesc, Senac e IPF em Mato Grosso, é presidido por José Wenceslau de Souza Júnior. A entidade é filiada à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que está sob o comando de José Roberto Tadros.

TECNOLOGIA

Leilão do 5G movimentada R\$ 46,79 bi

Da redação

O leilão do 5G, para selecionar as operadoras de serviços de conectividade utilizando a quinta geração da telefonia móvel, arrecadou R\$ 46,79 bilhões. O valor ficou abaixo dos R\$ 50 bilhões previsto inicialmente pelo governo, pois nem todos os lotes foram arrematados. A informação foi divulgada na sexta-feira (5) pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) após o encerramento da análise das propostas.

De acordo com o órgão, ainda assim, considerando as faixas contratadas, houve ágio (valor acima do previsto) de R\$ 5 bilhões,

cerca de 12%. Nos próximos dias, o governo e a Anatel devem decidir se esse valor total será destinado como outorga ao governo ou se serão revertidos em investimentos no setor.

Segundo a Anatel, é comum em leilões que alguns lotes não sejam contratados. Nesse leilão, mais de 85% de tudo que foi colocado à venda foi comercializado e todas as obrigações de cobertura foram assumidas. Os lotes que sobram poderão ser reeditados em um novo leilão.

O processo licitatório começou na quinta-feira (4), quando as operadoras já em atuação no país, Claro, Vivo e TIM, arremataram o lote principal do leilão,

de abrangência nacional, pelo valor de R\$ 1,1 bilhão. Além delas, no âmbito regional, empresas atuantes como Sercomtel e Algar Telecom também levaram lotes e seis novas operadoras entrarão em operação no mercado - Winity II, Brisanet, Consórcio 5G Sul, Neko, Fly Link, Cloud2u.

O leilão consistiu em uma concorrência em quatro faixas de radiofrequências - 700 MHz; 2,3 GHz; 3,5 GHz; e 26 GHz, que têm finalidades específicas de mercado, divididas em diversos lotes.

Do valor total arrecadado, R\$ 7,4 bilhões (incluído o ágio de R\$ 5 bilhões) serão em outorgas para o governo e o restante será utilizado pelas empresas vencedoras em compromissos definidos em edital. O objetivo dessas contrapartidas é garantir investimentos no setor para sanar as deficiências de infraestrutura, modernizar as tecnologias de redes e massificar o acesso a serviços de telecomunicações do país.

NOVAS TECNOLOGIAS - O 5G é uma nova tecnologia que amplia a velocidade da conexão móvel e reduz a latência, permitindo novos serviços com conexão com segurança e estabilidade que abrem espaço para o uso de novos serviços em diversas áreas, como indústria, saúde, agricultura e na produção e difusão de conteúdo. Com informações da Agência Brasil.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR
PUBLICAÇÕES. É AQUI

ENERGIA FOTOVOLTAICA

A geração de energia solar aumentou durante a crise hídrica deste ano e tem fomentado a criação de empregos em Mato Grosso

Instalações e empregos crescem

Tony Winston/Agência Brasília

Disk Farmácia
Ligou, Pediu, Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA****Unimed**
Cuiabá**Da redação**

A geração independente de energia elétrica a partir de painéis solares está mais democrática e tem movimentado o mercado de trabalho em todo país. Só na capital mato-grossense, Cuiabá, quase 3 mil instalações foram realizadas até agosto, com geração de quase 12 mil empregos. Com perspectivas de bater recordes de instalação em 2022, o setor pode enfrentar dificuldades em encontrar mão-de-obra qualificada.

“Esse ano, já no mês de agosto, superamos todo ano de 2020. Se tirarmos por base mais de 3 mil instalações, só em Cuiabá, e que cada instalação em campo movimentava quatro pessoas, empregamos mais de 12 mil pessoas, só neste ano”, calcula Merivaldo Britto, empresário do setor em Mato Grosso.

O problema é que essa mão-de-obra está em falta e quem procura formação na área

tem grandes chances de contratação. “Há necessidade de eletricitas especializados em instalação; profissionais técnicos e de nível superior, como engenheiro com capacitação em energia renováveis”, cita.

Oportunidades em áreas de apoio, como consultor comercial, também demandam preparação. “Precisa ter conhecimento em inúmeros produtos que irão representar e apresentar ao consumidor final. Ou seja, a demanda por trabalhadores ocorre em todos os níveis, da prestação de serviços de limpeza a cargos de gerência e diretoria”, avisa.

A prestação de serviços de instalação ou manutenção de sistema solar subiu ao mesmo tempo em que a conta de energia elétrica ficou mais cara no Brasil. A crise hídrica e o esvaziamento dos reservatórios das hidrelétricas obrigaram o governo federal a instituir nova bandeira tarifária de escassez, com custo adicional de R\$ 14,20 a cada 100 kWh (quilowatts-hora).

“Com isso, a alternativa de gerar sua própria energia ficou ainda mais atrativa. As facilidades de financiamento ofertadas pelas instituições financeiras também contribuíram para que mais pessoas instalas-



Com o aumento das instalações, a falta de mão-de-obra já começa a refletir sobre o setor

sem seu sistema solar”, completa.

Esse aquecimento do setor pode ser observado em números no Sistema Interligado Nacional (SIN). Conforme a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), só na 1ª quinzena de outubro, a produção de energia a partir de usinas solares fotovoltaicas cresceu 46,6%. “Para 2022, acreditamos em números bem maiores”, prevê o engenheiro eletricitista.

A expectativa de maior consumo de energia solar para o próximo ano é baseada na vo-

tação do Projeto de Lei (PL-5829). O texto já tem aprovação da Câmara dos Deputados e está na lista de trabalhos do Senado Federal, com previsão de entrar na pauta ainda neste ano.

“É o marco legal da geração distribuída, onde engloba a fonte solar. Depois de aprovado e sancionada a lei, teremos um ano de ‘carência’ aos novos consumidores”, avalia. Durante o período, quem aderir ao sistema solar terá a garantia de benefícios até 2040, como pagar menos pelo uso da rede de transmissão.

Para impulsionar ainda mais o setor solar em Mato Grosso, empresários organizam o evento “Cuiabá Solar Expo – Feira de Energia Solar Fotovoltaica de Cuiabá”. Realizado entre os dias 23 e 25 de novembro, no Centro de Eventos da Acrimat, o evento deve tirar dúvidas dos consumidores e criar oportunidades de negócios.

“A feira vai reunir fornecedores que poderão orientar os consumidores residenciais, comerciais e da área rural a comprar e implantar o sistema fotovoltaico na sua residência,

comércio ou fazenda. A adesão a energias alternativas é uma tendência, é o futuro do consumo mundial. E Mato Grosso, por conta de seu potencial em energia solar, deve crescer muito nesse segmento”, destaca Alcimar Moretti, organizadora do evento.

POTÊNCIA INSTALADA – Segundo a Agência Nacional e Energia Elétrica (ANEEL), a energia solar teve outro patamar alcançado nos últimos dias de outubro: superou os 4 GW de potência instalada em usinas de geração centralizada no país. Somados aos 7,3 GW de potência instalada de geração distribuída, a fonte solar alcançou 11,3 GW de potência instalada.

OPORTUNIDADES

– Principais oportunidades no mercado Solar fotovoltaico para 2022 em Mato Grosso:

– Sistema híbridos solar x gerador (Nas regiões de extração mineral);

– Sistema solar fotovoltaico on grid com uso de bateria em horário de ponta;

– Sistema solar fotovoltaico voltado para o setor do agronegócio;

– Prestação de serviços à pequeno produtor (cooperativas e associações);

– Prestação de serviços em condomínios.



BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.**CASA DOS VIDROS**☎ **65.3642-3344**FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!